



**A Crise Econômica do
Governo Dilma Rousseff: as
interpretações ortodoxa,
novo e social-
desenvolvimentista.**

Texto para Discussão 09-2024

25 de Maio de 2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO-UFMA
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvi-
mento Socioeconômico – PPGDSE
Grupo de Análise da Política Econômica - GAPE



GAPE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA

REITOR

Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva

AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO (AGEUFMA)

Prof. Dra. Flávia Raquel Fernandes do Nascimento

DIRETORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA – DPIT

Profa. Dra. Teresa Cristina Rodrigues dos Santos Franco

DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Prof.^a Dra. Lindalva Martins Maia Maciel

COORDENADORA DO CURSO CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Prof. Dr. Saulo Pinto Silva

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Prof. Dr. Rodrigo Gustavo de Souza

GRUPO DE ANÁLISE DA POLÍTICA ECONÔMICA - GAPE

Prof. Dr. Alexsandro Sousa Brito

Textos para Discussão é uma publicação seriada que divulga resultados de estudos, pesquisas e ensaios, em elaboração, pelo Grupo de Análise da Política Econômica – GAPE, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com o objetivo de promover o debate e subsidiar a formulação e análise das políticas públicas.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista do GAPE, do PPGDSE ou da UFMA.

É vedada a reprodução desta publicação para fins comerciais. A reprodução para outros fins está autorizada desde que citada a fonte.

Crédito de Imagem: a imagem da capa é do artigo **Vulnerabilidade da economia sob Dilma foi potencializada pelas escolhas de política econômica** (artigo da Folha de São Paulo), foto de Ueslei Marcelino da **Reuters** do site <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2021/05/vulnerabilidade-da-economia-sob-dilma-foi-potencializada-pelas-escolhas-de-politica-economica.shtml>. A imagem foi tratada e editada por Alex Brito, a quem agradecemos pela colaboração.

A Crise Econômica do Governo Dilma Rousseff: as interpretações ortodoxa, novo e social-desenvolvimentista.

João Bosco Mousinho Reis¹
Alex Brito²

Neste texto, serão apresentadas as interpretações das divergentes visões acerca da crise econômica do governo Dilma Rousseff. Para tanto, foram selecionados os autores que representam as ideias centrais de cada corrente de pensamento. Nesse intento, para a abordagem ortodoxa serão expostas as perspectivas dos economistas Samuel Pessôa, Marcos Lisboa, Barbosa Filho, Mario Mesquita e Fabio Giambiagi.

A corrente do Novo-desenvolvimentismo será representada pelos trabalhos de Luiz Carlos Bresser-Pereira, Marcelo Curado e José Luis Oreiro. Quanto a perspectiva Social-desenvolvimentista, tem-se os trabalhos de André Singer, Pedro Paulo Zahluth Bastos, Ricardo Carneiro e Pedro Rossi.

Ao final de cada discussão será proposta uma síntese com as principais conclusões dos autores de cada corrente.

A perspectiva ortodoxa.

De início, convém evocar as divergências citadas entre a ortodoxia e a heterodoxia no que tange as condições necessárias para o desenvolvimento econômico tanto no que se refere ao papel do Estado na economia, perpassando pela importância dos diversos setores na dinâmica da produção econômica e incluindo as recomendações acerca da condução da política econômica. Uma vez que o governo Dilma Rousseff buscou dinamizar a economia brasileira através do Plano Brasil Melhor (PBM), com participação da política industrial, convém inicialmente lembrar que para a ortodoxia, o setor industrial não possui atributo especial capaz de alavancar o desempenho da economia do país como sugerido pela visão novo-desenvolvimentista.

¹ Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pelo PPGDSE/UFMA.

² Doutor em Desenvolvimento pelo CPDA/UFRRJ.

Neste ponto, os ortodoxos Lisboa e Pessôa (2016) discordam do novo-desenvolvimentismo em dois pontos centrais. Primeiro, para Lisboa e Pessôa (2016) não há evidência, na literatura sobre o tema, de que o setor industrial tenha algum tipo de atributo especial capaz de alavancar o processo de desenvolvimento econômico em comparação aos demais setores. Para eles, não há evidências microeconômicas consistentes que comprovem a existência de externalidades (positivas) produtivas associadas à indústria de transformação como pregado pelo novo-desenvolvimentismo. Lisboa e Pessôa (2016), contudo, dizem que isso não significa que a indústria de transformação não tenha importância, mas apenas que este setor possui a mesma relevância dos demais setores da economia. Adicionalmente, Lisboa e Pessôa (2016), dizem existir espaço para políticas de desenvolvimento industrial, desde que direcionadas a atividades ligadas à inovação, por serem capazes de geração de externalidades positivas.

Neste contexto, Lisboa e Pessôa (2016) fazem a ressalva de que, em comparação aos setores de serviços em geral e à agropecuária, a indústria de transformação é o setor mais tributado e o setor que mais sofre, em função de suas longas cadeias de produção e com o elevadíssimo custo de conformidade da legislação tributária.

Segundo ponto, ainda que houvesse participação especial do setor para o desenvolvimento econômico, a intervenção do governo na economia, através da política cambial por exemplo, teria impacto irrelevante e seria de difícil implantação no caso brasileiro. Isso porque, as evidências empíricas disponíveis na literatura indicam que intervenção no câmbio podem apresentar pequenos impactos sobre a crescimento da indústria de transformação. Lisboa e Pessôa (2016) lembram que a estrutura produtiva depende essencialmente da combinação de fatores, da qualidade da educação e da força de trabalho.

Sendo fiel aos moldes do pensamento liberal, Pessôa (2015) avalia que a política industrial é um erro ou ao menos desnecessário. Na avaliação de Pessôa (2015), a política implementada pelo PT, baseada nas desonerações setoriais, medidas protecionistas e intervenção estatal não era a resposta para que a economia brasileira alcançasse o seu potencial de crescimento. Para Pessôa (2015), em algum momento, o PT teria que enfrentar os entraves estruturais que impedem o país de crescer: educação deficiente, excesso de burocracia, carga tributária elevada, complexa e infraestrutura aos pedaços. Para Pessôa (2015), a já comentada queda do setor industrial no crescimento econômico, consiste em uma tendência global e natural que não acomete apenas ao Brasil.

Ao analisar o desempenho da atividade econômica, Pessôa (2015) avaliou que a desaceleração da atividade econômica observada de 2011 até meados de 2014, excluindo-se a elevação de 2,0% para 2,8% do PIB no segundo semestre de 2013, não foi ocasionada por insuficiência de demanda agregada, pois no período cresceu além da capacidade da economia e veio a declinar somente a partir do segundo semestre de 2014, como já observado. Pessôa (2015) observa que a combinação de desaceleração econômica e pressão inflacionária ocorridas no período sugerem que a primeira foi resultado da perda de eficiência econômica, caracterizada pela redução da produção dado a mesma quantidade de insumos o que, a longo prazo, reduz o potencial de crescimento da economia. Para Pessôa, (2015), a perda da eficiência econômica foi resultante da política econômica contida na Nova Matriz Econômica.

Segundo Pessôa (2015), os erros cometidos na implementação da Nova Matriz Econômica (NME) não apenas explicam parcelas significativas da desaceleração econômica, mas é central para a piora da situação fiscal, déficit externo e pressão inflacionária, as quais juntas pesaram sobre a economia brasileira a partir de 2014.

Entre os erros da NME apontados por Pessôa (2015), destacam-se:

- i) Alteração no regime de câmbio flutuante para fortemente administrado;
- ii) Maior tolerância com a inflação;
- iii) Direcionamento da política de desoneração tributária alguns setores ou bens, em vez de estendê-lo de forma mais equitativa a todos os setores produtivos;
- iv) Adoção de forma recorrente de artifício para manter a meta de superávit primário, o que contribuiu para a perda de transparência fiscal;
- v) Controle de preços para conter a inflação, a exemplo do controle de preços dos combustíveis, do transporte público e do setor elétrico;
- vi) Aumento do papel do Estado e da Petrobras no setor de petróleo;
- vii) Uso dos bancos públicos de forma contraproducente para reduzir o *spread* bancário e intervenção desastrada no setor elétrico para baixar as tarifas e antecipar as renovações das concessões.

Quanto a política industrial, Pessôa (2015) afirma que a adoção da agenda desenvolvimentista não foi resultado de pressões da sociedade, mas sim, derivou-se das ideias e da ideologia de inúmeros economistas e intelectuais ligados ao PT. Como resultado, a adoção da política industrial foi acompanhada de um excesso de discricionariedade e intervencionismo do Estado, gerando a desorganização dos setores elétrico, de petróleo e gás, açúcar e álcool e setor automobilístico.

Para Pessôa (2015), soma-se aos erros da NME, o esgotamento do contrato social da redemocratização expresso na Constituição de 1988 e nos pleitos eleitorais que se seguiram, refletindo o desejo da sociedade brasileira em construir no Brasil um Estado de Bem-Estar Social aos moldes europeus. Neste ponto, Pessôa faz alusão a fortíssima elevação do gasto público não financeiro da União ocorrido de 1991-2014 recorrente em todos os governos pós-Constituição, mostrando que a redistribuição de renda e segurança é um desejo legítimo da sociedade e não é um resultado da agenda de um ou outro partido.

No âmbito fiscal, Pessôa (2015) avalia que entre 2001 e 2011, a receita do país experimentou uma situação excepcional marcada pela elevação da carga tributária de maneira contínua permitindo o crescimento da receita com impostos em patamares acima do crescimento do PIB ao longo de 11 anos. Isso ocorreu em função do longo e contínuo processo da formalização da economia, associado ao *boom* das *comodities*, o que permitiu forte crescimento da arrecadação com as importações. O ponto de inflexão, de acordo com Pessôa (2015), ocorreu a partir de 2012, quando a dinâmica da receita se normalizou e a receita passou a crescer no mesmo ritmo do PIB. De acordo com Pessôa (2015), uma vez restabelecido o comportamento normal da receita, esta não fora suficiente para absorver a queda da atividade econômica e a manutenção do Contrato Social, que em conjunto com os desequilíbrios da NME, foram suficientes para colocar o país na situação de risco fiscal a partir de 2015.

Ademais, Lisboa e Pessôa (2019) analisam a tese dos economistas heterodoxos brasileiros que declaram o gasto público sempre como eficaz para induzir o crescimento, caso a economia se encontre em recessão. Argumentam que para a ortodoxia, também chamada de economia tradicional, essa premissa depende da conjuntura econômica vigente. Em alguns casos, a expansão pode auxiliar a retomada do crescimento e, em outros casos, pode ser contraproducente, exigindo que cada caso seja analisado mediante a análise dos dados disponíveis na época em questão (Lisboa, Pessôa, 2019). Nestes termos, Lisboa e Pessôa (2019) avaliam que as análises baseadas nos dados da economia bra-

sileira entre 2009 e 2015 indicam que a expansão do gasto público contribuiu para grave crise econômica ocorrida no período. Adicionalmente, a expansão dos subsídios não resultou em aumento do investimento e colaborou para a grave crise fiscal observada.

Em contraposição a visão heterodoxa de que a recessão do biênio 2015-2016 fora fruto do ajuste fiscal Lisboa e Pessôa (2019) argumenta que para que essa tese seja correta, o multiplicador keynesiano³ vigente em 2015 deveria ser próximo a 5 e com efeito instantâneo. Porém, as evidências empíricas demonstraram que a deterioração fiscal ocorrida a partir de 2010 reduziu progressivamente o multiplicador podendo ser nulo ou mesmo negativo a partir de 2014.

Por seu turno, Barbosa Filho (2017) avalia que a recessão econômica, que se abateu sobre a economia brasileira a partir do segundo trimestre de 2014, foi causada por um conjunto de choques de oferta e de demanda ocasionados por erros de política econômica cometidos principalmente durante a vigência da Nova Matriz Econômica. O choque de oferta foi ocasionado pelas políticas de cunho fiscal, monetário e cambial contidas na NME, reduzindo a produtividade da economia brasileira e impactando negativamente o produto potencial. Barbosa Filho (2017) divide o choque de demanda em três grupos:

- 1) esgotamento da Nova Matriz Econômica a partir do final de 2014;
- 2) o choque de sustentabilidade da dívida pública doméstica de 2015;
- 3) correção do populismo tarifário que exigiu a adoção de uma política fiscal contracionista para reestabelecer o controle da inflação após a perda de credibilidade do Banco Central.

Para Barbosa Filho (2015), a NME caracterizou-se por uma política fiscal expansionista, pelo abandono do Banco Central do protocolo do regime de metas de inflação, fixando taxas de juros baixas incompatíveis com a meta de inflação, expansão do crédito pelos bancos estatais, intervenção sistemática no mercado de câmbio abandonando o sistema de câmbio flexível.

Barbosa Filho (2017) explicita que a política de estímulos governamentais por meio de expansão dos empréstimos do BNDES, concessão de subsídios e proteção aos setores entendidos como “estratégicos” segundo o Plano Brasil Maior, somados ao uso da Petrobras como instrumento de política de

³ O Multiplicador Keynesiano de Gastos indica que, se uma economia estiver com recursos desempregados, um aumento na demanda agregada provocará um aumento da renda nacional mais que proporcional ao aumento da demanda.

desenvolvimento à indústria petrolífera de máquinas e equipamentos de origem nacional para a exploração e produção de Pré-Sal, contribuíram para a elevação do investimento com aumento de participação da conta capital no PIB entre 2010-2014, ainda que às custas do “[...] uso de recursos públicos de forma exagerada” (Barbosa Filho, 2017, p. 53).

Porém, Barbosa Filho (2017) argumenta que a elevação do investimento não foi acompanhada de crescimento econômico, mas sim, pela redução da Produtividade Total dos Fatores produtivos (PTF) no período de 2010-2014, reduzindo o produto potencial da economia brasileira, que aumentou apenas 0,5% no período.

Quanto a política fiscal, Barbosa Filho (2017) parte do diagnóstico de que a intervenção governamental e os estímulos fiscais são as origens da deterioração das contas públicas. Neste marco, aponta que a combinação de déficit primário crescente com a dívida pública em trajetória explosiva, gerados pela NME, elevou de sobremaneira o Risco Brasil, implicando na elevação da taxa de juros de equilíbrio do país a partir de 2015. Por efeito, a disparada do Risco Brasil, em 2015, impactou severamente os componentes consumo e investimento do país que demonstraram forte contração nos anos 2015-2016. Para Barbosa Filho (2017), a forte queda desses dois componentes parece estar relacionada à crise de sustentabilidade da dívida pública, elevando os juros e a incerteza.

Por fim, Barbosa Filho (2017) compartilha da visão de Lisboa e Pessôa (2019) de que o aprofundamento da crise em 2015 e 2016 não fora fruto do ajuste fiscal promovido na gestão de Joaquim Levy, a frete do Ministério da Fazenda, como sugerido por um “um grupo de economistas”. Para suportar a hipótese o Barbosa Filho (2017) argumenta que para a queda de -3,8% do PIB seja integralmente explicado pela tentativa de ajuste fiscal que reduziu o gasto público em 1,1% do PIB é necessário que um multiplicador Keynesiano muito maior do que estimado pela literatura que, a época, encontrava-se na faixa entre 0 e 1. Nestes termos, conclui que o ajuste fiscal promovido em 2015 não contribuiu de forma relevante para a recessão de 2015-2016 dado a sua baixa intensidade e duração (Barbosa Filho, 2017).

Para Mesquita (2014) embora a política macroeconômica do governo Dilma Rousseff, ainda que jamais tenha abandonado formalmente o tripé macroeconômico, apresentou desvios ao longo do tempo no que tange tanto os objetivos de curto prazo quanto no uso dos instrumentos de política fiscal, monetária e cambial.

Para o economista-chefe do Itaú Unibanco Mario Mesquita a política macroeconômica do governo Dilma Rousseff foi marcada por uma tendência de hiper-ativismo econômico ensejado tanto pelas incertezas no mercado internacional, no âmbito da crise de 2008, quanto pelo estilo gerencial da presidente. Neste contexto Mesquita (2014) chama atenção as constantes mudanças da política econômica, sem a devida observância por parte das autoridades, aos efeitos deletérios de tais alternâncias sobre o grau de incerteza e o ambiente de negócios dominantes na economia. Mesquita (2014) explica que a presidente nutria um certo “ceticismo em relação ao mercado” apresentando preferência pela intervenção estatal na economia o que se estabeleceu como uma linha dominante na política econômica de seu governo.

Para a primeira fase do governo Dilma, Mesquita (2014) avalia que esta foi de continuidade, com poucas mudanças, em relação ao governo anterior sendo que a partir de agosto de 2011 houve uma inflexão da política monetária, que passou a ser mais relaxada, correspondendo a um duplo marco inédito nas decisões do Comitê de Política Monetária desde a sua criação. Primeiro pela mudança de direção entre duas reuniões consecutivas e, segundo porque as condições iniciais eram incondizente com a medidas pois a inflação corrente estava distante da meta. Como resultado, Mesquita (2014) aponta que tal medida contribuiu para perda de credibilidade do Banco Central.

Quanto a política fiscal, Mesquita (2014) assinala que esta se tornou mais expansiva com o gasto primário saltando de 16% do PIB em 2008 para 19% do PIB em 2013. Para Mesquita (2014) o crescimento fraco da economia e o “ambicioso” programa de desoneração fiscal minou a capacidade de arrecadação do governo levando-o a valer-se de receitas atípicas e operações contábeis para alcançar as metas já reduzidas de superávits primário.

Ao analisar as causas da crise econômica Mesquita (2017) pondera que a desaceleração da economia brasileira em 2012 era algo esperado, haja visto o grau de sensibilidade das economias da América Latina em relação ao um conjunto de fatores como o ambiente internacional, ao crescimento econômico mundial e a economia chinesa, que a época, não era favorável ao Brasil.

Contudo, na sua avaliação Mesquita (2017) aponta que a desaceleração esperada seria de 1%, mas se converteu em uma crise econômica profunda gestada por vários erros de política econômica, em especial, com a intervenção no setor de energia somados a uma série de erros de descontrole fiscal que contribuíram em aumentar a incerteza e aprofundar a crise. No caso do ajuste fiscal do segundo

mandato Mesquita (2017) entende que o governo tentou fazer uma correção de curso, mas o ministro Joaquim Levy não obteve apoio político e acabou saindo sem implementar o ajuste ele propôs.

Para Giambiagi (2021) as origens dos problemas do governo Rousseff são consequência de uma “herança” deixada pelo seu sucessor composta por sobre questões não devidamente tratados, somados a erros na condução da política econômica do próprio governo Dilma com destaque para as intervenções no setor de energia e petróleo somado a má gestão fiscal. Por “herança” Giambiagi (2021) não se refere ao câmbio valorizado e a taxa de juros em patamar elevado, mas sim, as deficiências na infraestrutura e insuficiência do sistema educacional brasileiro, que não receberam o devido tratamento pelo governo Lula.

Giambiagi (2021) destaca que, ao partir do diagnóstico que era necessário corrigir dois preços, juros e câmbio, conforme a NME, a política econômica entrou em desacordo com os ditames do regime de metas para a inflação dificultando cumprimento de metas de inflação o que minou a confiança do mercado levando ao aumento gradual das expectativas de inflação. Com isso, a taxa média de inflação, medido pelo IPAC, chegou a 6,2% entre 2011-2014.

O autor avalia que, a intervenção do governo nos preços da energia elétrica e dos derivados do petróleo, usados como paliativo contra a aceleração inflacionária, tiveram sérias consequências sobre os lucros do setor elétrico com o risco de “[...] quebradeira generalizada, apenas evitada porque o governo socorreu as empresas com recursos do Tesouro” o que agravou o *déficit* público (Giambiagi, 2021, p. 250).

Quanto o setor de petróleo Giambiagi (2021) avalia que ao controlar os preços dos derivados, mantendo-os fixo no mercado domésticos, a despeito das variações preço do petróleo no mercado internacional, impôs a Petrobras a redução das margens operacionais reduzindo o lucro ao mesmo tempo em que a companhia era obrigada pelo governo a manter os vultuosos investimentos no pré-sal resultando em significativo endividamento da empresa.

A interferência do governo nos preços juros/câmbio teve efeitos danosos sobre a inflação levando a uma “[...] desfiguração parcial do tripé macroeconômico”, o que somado as interferências nos setores de energia e petróleo, resultou em uma série de “[...] decisões confusas, contraditórias e/ou erradas em diversos campos” (Giambiagi, 2021, p. 250). Tudo isso acontecendo em ambiente político conturbado marcado pela relação crescentemente conflituosa entre os poderes Executivo e Legislativo.

Neste contexto, Giambiagi (2021) analisa que o governo Dilma se valia dos bons indicadores do mercado de trabalho, marcado por contínuo aumento dos salários e da constante melhora nos níveis de emprego, para através da propaganda política enaltecer o sucesso da política econômica nesta área, ao passo que a economia mostrava sinais de arrefecimento com aumento da incerteza com relação ao futuro, o que, segundo o autor, passava à maioria das pessoas um sentimento de “[...] alheamento em relação a crise” (Giambiagi, 2021, p. 252).

Quanto a política fiscal, Giambiagi e Tinoco (2023) avaliam que a piora dos resultados fiscais é explicado, pelo lado das receitas, pela combinação de queda das receitas em função da desaceleração da economia aliado ao programa de desoneração fiscal que prejudicou o desempenho da arrecadação. Pelo lado do gasto público, as despesas seguiram em trajetória de alta sem que as receitas apresentassem o mesmo ritmo de crescimento o que afetou a capacidade do governo em cumprir com as metas fiscais. Neste contexto, os autores destacam que os crescentes repasses do Tesouro Nacional ao BNDES aumentaram a despesa líquida de juros em função do diferencial entre a taxa Selic e a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), principalmente quando a Selic entrou em trajetória de alta.

Giambiagi e Tinoco (2023) lembram que a época, o debate acerca da crise fiscal se intensificou entre os economistas que apontavam a necessidade para recuperação do equilíbrio fiscal mediante um forte ajuste. Entre os pontos de debates entre os economistas, os autores destacam que a previdência se tornou um ponto central em face do crescente aumento desta conta e de sua relevância, por representar mais da metade das despesas primária do governo.

Destacam que o ajuste fiscal promovido no início do segundo mandato, frente ao receio de perda de grau de risco, como a definição de metas mais ambiciosas de superávits e alterações das regras de seguro-desemprego e redução de determinados subsídios não foram suficientes para evitar a perda do grau de investimento em novembro de 2015 (Giambiagi; Tinoco, 2023).

Ante ao exposto na presente secessão, pode-se propor a seguinte sumarização no que tange a interpretações da visão ortodoxa acerca do governo Dilma Rousseff:

- a) Os incentivos direcionados ao setor industrial não era a resposta adequada para a perda de dinamismo da economia brasileira. A versão ortodoxa para a “herança” deixa ao governo Dilma Rousseff era as deficiências na infraestrutura, excesso burocracia, carga tributária elevada e o sistema educacional ineficiente;

- b) A desaceleração da atividade econômica 2011-2014 é explicada pela queda da produtividade da economia que por sua vez está relacionada com o aumento da intervenção do governo na economia;
- c) A política fiscal foi expansionista e direcionada a setores que não apresentaram o crescimento esperado;
- d) A expansão fiscal ocorreu no momento de queda da arrecadação do governo em decorrência a desaceleração econômica;
- e) O ajuste fiscal de 2015 não explica o aprofundamento da crise no biênio 2015-2016.

Ante ao exposto observa-se que os trabalhos de orientação ortodoxa aqui apresentados convergem para um diagnóstico que se aproxima do corolário estabelecido na literatura ortodoxa que entende que a intervenção do estado na economia leva a perda de eficiência dos mercados com consequências perniciosas sobre o nível de atividade econômica. O fato de que a política econômica marcada pela flexibilização do tripé macroeconômico em concomitância com aumento da intervenção estatal tenha fracassado, constitui em si próprio, o argumento mais simples e cabal oferecido pela ortodoxia para a crise econômica do governo Dilma Rousseff.

A seguir, trataremos do diagnóstico novo-desenvolvimentista para a crise econômica do governo Dilma Rousseff.

A perspectiva novo-desenvolvimentista.

De início, convém pontuar as contraposições *outsiders*, em relação aos ditames da ortodoxia para a obtenção do crescimento econômico. Nesta linha, tem-se que, não obstante o sucesso do tripé macroeconômico para estabilidade econômica, a vigência historicamente rígida deste modelo na economia brasileira é apontada pelos heterodoxos como responsável pelo baixo crescimento da economia brasileira e sendo a perpetuação da sua forma rígida em um entrave para o desenvolvimento econômico (Rossi, 2015).

De acordo com Nassif (2023) a estratégia dos governos latino-americanos em financiar o crescimento econômico (por meio da poupança externa, da ausência da neutralização da doença holandesa e manutenção do Regime de Metas para a inflação de forma pouco flexível) é apontado, pelo heterodoxos do Novo-desenvolvimentismo, como a causa para o longo processo de estagnação econômica do Brasil.

No caso do regime de metas para a inflação, as críticas dos economistas heterodoxos estão direcionadas aos efeitos colaterais da manutenção da taxa de juros (em patamares elevados) por longo período, o que resulta em apreciação cambial. Se por um lado a apreciação cambial é benéfica a ancoragem dos preços domésticos, por outro, a apreciação gera um “desacoplamento” da produção nacional em relação ao mercado internacional, causando perda de competitividade da indústria nacional no mercado global, além de sofrer com a concorrência de produtos importados.

Por efeito, o país fica renegado a uma pauta de exportação altamente concentrada em produtos de baixo valor agregado, resultando em pagamento de salários mais baixos do que seria obtido na indústria de transformação, que paga salários mais elevados. Soma-se a apreciação cambial, proveniente da manutenção de níveis elevados da taxa de juros imposto pelo Regime de Metas de Inflação, o fluxo positivo de recursos na economia em decorrência do aumento de preços das commodities, as quais estão concentradas a pauta de exportação do Brasil.

De acordo com Souza e Silva (2017) apreciação cambial, derivada da exportação de commodities, provoca um fenômeno conhecido como Doença Holandesa, que pode ser definido como uma alteração na estrutura industrial, que leva a economia na direção de uma estrutura atrelada às commodities, ou intensiva em trabalho (mão-de-obra pouco especializada) e que movimenta a cadeia produtiva em uma direção oposta à indústria. Os autores apontam ainda que a apreciação cambial decorrente da política de metas de inflação e a valorização dos preços das commodities, ocorrido depois dos anos 2000, foi nociva à indústria nacional. A contaminação da economia brasileira, pela doença holandesa, gerou perda de dinamismo da indústria de transformação nas últimas décadas.

Souza e Silva (2017) ressaltam, porém, que a perda de dinamismo da indústria brasileira nas últimas duas décadas não pode ser atribuída exclusivamente a doença holandesa, sendo necessário considerar outros fatores, tais como, a baixa produtividade da indústria brasileira, a forte concorrência da China, a ausência de políticas industriais e uma política macroeconômica inconsistente com o desenvolvimento da indústria de transformação, entre outros fatores da mesma importância.

Nesta linha Oreiro e Feijó (2010) apresentam o conceito clássico de desindustrialização, de Rowthorn; Ramaswamy (1999), como sendo a redução persistente da composição do emprego industrial no total do emprego no país ou região. Com base em tal conceito Oreiro e Feijó (2010) ponderam que a América Latina passou por processo de desindustrialização na década de 1990, período que

coincide com a implantação das políticas neoliberais do “Novo Consenso” de Washington. Já o conceito mais amplo de desindustrialização proposto por Tregenna (2009) incorpora o valor adicionado a análise, sendo que a desindustrialização ocorre quando o emprego industrial e o valor adicionado da indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB, respectivamente.

Com relação ao segundo conceito, Oreiro e Feijó (2010) apresentam duas observações: a primeira é que a desindustrialização não ocorre quando a produção está estagnada ou em queda, mas sim quando o setor industrial perde importância na geração de emprego e/ou no valor adicionado para uma determinada economia; a segunda observação se refere ao fato de que desindustrialização não está obrigatoriamente associada a reprimarização da pauta de exportação, uma vez que, o país pode transferir para o exterior a produção mais intensiva em mão de obra e/ou com menor valor adicionado e, se assim for, a desindustrialização pode vir acompanhada por um aumento da participação de produtos de maior conteúdo tecnológico e maior valor agregado na pauta de exportação. Desta forma, de acordo com Oreiro e Feijó (2010), tal processo de desindustrialização é classificado como ‘positivo’.

Entretanto, Oreiro e Feijó (2010) alertam que quando a desindustrialização é acompanhada pela reprimarização da pauta de exportação, caracterizada pela reversão da pauta de exportação (as commodities, produtos primários ou manufaturados e de baixo valor adicionado), isso pode ser o sintoma de doença holandesa, sendo a desindustrialização causada pela apreciação da taxa real de câmbio resultante da exportação de recursos naturais em um determinado país. Neste caso, a desindustrialização é classificada como ‘negativa’.

Neste último caso, Oreiro e Feijó (2010) alertam para a persistente perda de importância relativa da indústria, de transformação brasileira entre 2004-2009. Adicionalmente, os autores constatarem que a composição do saldo comercial brasileiro e a composição do valor adicionado da indústria nacional, mostram sinais preocupantes de ocorrência de desindustrialização causada pela apreciação da taxa real de câmbio, resultado da valorização dos preços das commodities e dos recursos naturais, o que implica na ocorrência de doença holandesa no período analisado.

A constatação da ocorrência de desindustrialização da economia brasileira, seja pela contaminação da doença holandesa ou por outros fatores, é uma questão chave da crítica dos outsiders ao “Novo Consenso”, uma vez que, o desenvolvimentismo rechaça a ideia neoclássica de que todos os setores da economia operam com retornos constante de escala, e entende que políticas de apoio do Estado,

ao setor industrial, é essencial para que países pobres alcancem o desenvolvimento econômico. Como explica Nassif (2023,) a tradição desenvolvimentista atribui à indústria de transformação o potencial de operar como motor do crescimento econômico, uma vez que, a indústria de transformação conta com três peculiaridades, a saber:

a) a indústria de transformação é a principal fonte geradora e difusora de progresso tecnológico para todos os setores da economia, opera sob retornos crescentes de escala estáticos;

b) opera sob retornos crescentes de escala estáticos, uma vez que o setor é intensivo em capital fixo e com indivisibilidade tecnológica, o que possibilita que novos investimentos que provoquem a duplicação os fatores produtivos mais que duplicará a produção resultante fazendo com que, tudo o mais constante, a produtividade aumente e os custos unitários caiam;

c) o setor industrial funciona sob condições de retornos crescentes de escala dinâmicos, pois os efeitos acumulativos do progresso tecnológicos fazem com que os custos unitários das empresas ou de setores inteiros declinem à medida que aumenta a produção total ao longo do tempo.

Nestes termos, Cano (2015) observa que, para que o país se desenvolva e alcance indicadores econômicos próximos aos países desenvolvidos, elevado nível de renda per capita e forte diminuição da participação do setor agrícola no PIB, a industrialização precisa avançar mais que os outros setores, precisa aumentar a produtividade e alterar a sua estrutura no sentido de produzir bens de capital e intermediários e contribuir para a diversificação da pauta de exportação e melhorias das contas externas.

Cano (2015) reforça que não há, na história, país algum que se desenvolveu prescindindo de uma generalizada industrialização promovida por um forte e ativo papel do Estado. Ademais, para reverter o quadro de desindustrialização o autor defende que uma nova política industrial, para ser bem-sucedida, precisa que a política macroeconômica esteja em consonância com os objetivos da política industrial em termos da taxa de juros em vigor, política cambial e nível de abertura comercial.

Na visão Novo-desenvolvimentismo o setor industrial tem papel central na elaboração de uma estratégia nacional de desenvolvimento econômico, que conta com a participação ativa do Estado em parceria com a iniciativa privada.

Uma vez estabelecido as principais críticas do novo-desenvolvimentismo a ortodoxia, começemos a exposição da perspectiva novo-desenvolvimentista com o diagnóstico de Bresser-Pereira (2015) acerca do fraco desempenho e posterior recessão econômica que marcou o governo Dilma Rousseff.

De forma geral, Bresser-Pereira (2015) elenca as seguintes causas para a desaceleração econômica 2011-2104:

- a) queda radical do preço das commodities exportadas pelo Brasil em agosto e setembro de 2014;
- b) o esgotamento da capacidade de endividamento das famílias;
- c) o agravamento da desindustrialização;
- d) a perda de confiança das empresas no governo, que se agravou devido à transformação de um superávit primário de 1,7% do PIB em 2013 em um déficit de 0,6% em 2014.

De maneira mais pontual, Bresser-Pereira (2016) parte do pressuposto de que o governo Dilma herdara um “legado terrível” do governo de seu predecessor materializado na figura de “armadilha” composta pelo binômio elevada taxa de juros e câmbio altamente apreciado.

Para Bresser-Pereira (2016), Dilma Rousseff não contou com o apoio político necessário para promover a forte desvalorização cambial necessária na ordem de 50%, segundo estimativas do autor, para a recuperação da competitividade do setor industrial sem considerar os efeitos de curto prazo sobre a inflação. O governo teve que arcar com as devidas cobranças de uma sociedade que prioriza o consumo imediato e não tolera, ainda que temporariamente, qualquer aumento da inflação.

Bresser-Pereira (2016) avalia que, em 1 de janeiro de 2011 a valorização cambial havia atingido o nível mais alto, quando câmbio corrente tingiu R\$ 2,20 de dólar ao passo que as estimativas apontavam que o câmbio competitivo deveria ser de R\$ 3,50 de dólar.

Frente a esta diferença, Bresser-Pereira (2016) avalia que a desvalorização cambial promovida pela NME fora de modestos 20% sendo insuficiente para promover o aumento dos investimentos industriais. Porém, fora suficiente para afetar a estabilidade de preço, uma vez que o governo não reduziu os gastos públicos para prevenir surtos inflacionários provocados pela desvalorização.

Para Bresser-Pereira (2016) a decisão do Banco Central em aumentar a taxa de juros em meados de 2013 foi a concretização do recuo do governo perante os ataques que o governo sofreu por parte

dos economistas ortodoxos e da imprensa liberal-conservadora ante ao fraco desempenho da economia e crescente pressão inflacionária representando uma derrota do governo contra o sistema financeiro.

Quanto a política fiscal implementada durante a vigência do Plano Brasil Maior, Bresser-Pereira (2016) classifica a desoneração das folhas de pagamento como o “maior erro econômico de Dilma” por ser altamente custosa e não podendo ser definida como uma política industrial uma vez que os benefícios foram estendidos a quase todos os setores da economia tendo causado uma brutal queda nas receitas do Estado levando as contas públicas a registrar *déficits* primário. Alerta que a degradação das contas públicas é algo que a sociedade considera como “inaceitável”, haja visto o histórico de hiperinflação que levou povo brasileiro “[...] a valorizar a responsabilidade fiscal” (Bresser-Pereira, 2016, p. 377).

Bresser-Pereira, Nassif e Feijó (2016) assinalam que para uma política industrial obtenha resultados promissores essa deve ser coordenada com um regime macroeconômico consistente que seja capaz de manter a estabilidade de preços e fiscal e que engendrem políticas econômicas capazes de viabilizar taxa de juros real apropriadas ao investimento privado bem como taxa de câmbio reais competitivas (no nível de equilíbrio industrial) e salários que cresçam de acordo com a produtividade. Nestes termos, Bresser-Pereira, Nassif e Feijó (2016) concluem que, na prática, nenhuma dessas condições foi preenchida no Brasil nas últimas décadas resultando em desindustrialização prematura, baixa produtividade e baixo crescimento observados em igual período.

Quanto ao ajuste fiscal de 2015, inicialmente Bresser-Pereira (2015) avalia que tal ação não era o fator preponderante para que o país superasse a crise, mas entendia que era uma medida essencial para a recuperação da confiança das empresas e recuperar os investimentos. Contudo, o autor aponta que a decisão de realizar o ajuste fiscal em quadro de recessão econômica ensejou pressões por parte dos economistas de orientação desenvolvimentista para que Joaquim Levy, de orientação ortodoxa, deixasse o governo Dilma. No entanto, Bresser-Pereira (2015) pede que o ministro se mantenha na pasta alegando que não havia uma alternativa além do ajuste fiscal para o restabelecimento da confiança do mercado na política econômica do governo.

Em outro momento Bresser-Pereira (2016) avalia que Joaquim Levy subestimou a gravidade da crise ao promover um ajuste fiscal que resultou em um déficit de 2,1% do PIB em 2015. O autor lembra que a previsão do governo era de que o ajuste levaria o país a alcançar um superávit de 1,1 % do PIB. Para

Bresser-Pereira (2016) as projeções não se concretizaram em razão da queda “vertical” das receitas devido aos programas de desonerações, além do agravamento da crise econômica e o crescimento da dívida pública.

Bresser-Pereira (2016) propunha que o ajuste fiscal deveria aprofundar os cortes na despesa corrente ao mesmo tempo em que o governo deveria iniciar o mais rápido possível um plano de investimento público em infraestrutura além do já realizado por meio das concessões. A ideia era seguir a distinção entre despesas de custeio ou de consumo e investimento público nos moldes Keynesianos no que se baseia a política fiscal novo-desenvolvimentista. Desta forma, Bresser-Pereira (2016) defende que o ajuste fiscal deveria ser composto não somente por uma meta para a poupança pública, na ordem de 2% do PIB, mas também uma meta para o investimento de investimento público de 4% do PIB, segundo as estimativas do autor.

Nestes termos, Bresser-Pereira (2016) avalia que à medida que o governo reduz as despesas de forma persistente ele fica autorizado a realizar investimentos sem se preocupar com o *déficit* público o que é crucial para que o estabelecimento de uma ação contracíclica para a “emergência” vivida a época.

Ante ao pedido de demissão de Joaquim Levy do ministério da fazenda, ao final de 2016, frente ao agravamento da crise e a falta de apoio do congresso ao poder executivo, Bresser-Pereira (2016, p. 279) avaliou como positiva a nomeação de Nelson Barbosa para a pasta, atribuindo-lhe o adjetivo de “competente economista heterodoxo”.

Para Oreiro (2017), o comportamento da economia brasileira no governo Dilma pode ser dividido em três fases. Na primeira fase, compreendida do terceiro semestre de 2012 ao primeiro semestre de 2014, a “nova matriz” induziu um ritmo de crescimento temporário superior a 2,5% a.a. Na segunda fase, a partir do segundo trimestre de 2014, o ritmo de crescimento entra em colapso e na última fase, iniciada no primeiro trimestre de 2015 a queda da atividade econômica se intensifica persistindo assim até 2016.

Segundo Oreiro (2017) o colapso da atividade econômica foi resultado da “expressiva queda da Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF)” causado pela mudança da percepção dos empresários com relação ao retorno de capital que desde 2011 apresentava uma nítida tendência de queda levando a redução da propensão do gasto de investimento do setor privado.

Oreiro (2017) aponta que redução da taxa Selic não foi capaz de compensar a redução da rentabilidade do capital próprio das empresas brasileiras motivo pelo qual a ‘nova matriz econômica’ foi incapaz de acelerar a atividade econômica de forma sustentável.

A queda da taxa de retorno do capital das empresas não financeiras partir de 2011 se deu em função da queda das margens de lucro das empresas que não conseguiram transferir os aumentos dos seus custos operacionais para o preço de venda. Neste contexto, Oreiro (2015) compartilha do diagnóstico de Bresser-Pereira (2016) de que a desvalorização cambial promovida pela NME, embora tenha permitido uma desvalorização bastante significativa da taxa de câmbio em termos nominal, não fora suficiente para eliminar os efeitos sobre a competitividade da indústria de transformação da sobrevalorização da taxa real de câmbio e do aumento real dos salários acima do ritmo de crescimento da produtividade do trabalho.

Oreiro (2015) observa que a queda a Formação Bruta de Capital Fixo corrida em 2014 foi o estopim da recessão econômica que se abateu sobre a econômica brasileira, porém isso não explica o aprofundamento da recessão nos anos de 2015 e 2016. Aponta os seguintes fatores amplificadores da recessão: o aumento das tarifas de energia elétrica; a desvalorização cambial impactou negativamente sobre a inflação no período, com o IPAC saltando de 6,41% no último trimestre de 2014, para 9,48% no terceiro trimestre de 2015; a renda real dos trabalhadores foi duramente afetada pela aceleração da inflação o que explica a forte contração dos gastos de consumo das famílias a partir do segundo trimestre de 2015 (Oreiro, 2015).

Quanto a política fiscal, Oreiro (2018) avalia que a recessão econômica acelerou o desequilíbrio fiscal da União com crescente deterioração do resultado primário a partir de 2014 levando ao crescimento acelerado da dívida pública como proporção do PIB, levando o endividamento da União para uma trajetória claramente insuportável. Para o autor a perda de espaço fiscal decorrentes destes fatos impediu a realização de uma política fiscal anticíclica exatamente quando ela era mais necessária.

Pelo contrário, Oreiro (2017) aponta que entre os anos de 2003-2015 a política fiscal foi, em geral, pró-cíclica. Sendo expansionista quando a economia crescia acima da sua tendência de longo prazo e contracionista quando a economia operava abaixo do seu potencial. A partir de 2015 a pró-ciclicidade da política fiscal se intensificou em função da necessidade do Ministério da Fazenda em conter a trajetória de elevação da dívida pública como proporção do PIB na tentativa de coibir o temor do mercado quanto ao risco de default soberano.

Oreiro (2018) destaca que o ajuste fiscal se concentrou em reduzir os gastos com investimento do governo que caíram de 1,34% do PIB em 2014 para 0,93% do PIB em 2015. Desta forma, quando a economia brasileira estava em recessão a política fiscal foi fortemente contracionista em 2015, gerando um impulso fiscal recessivo de -1,02% do PIB. Desta forma, a política fiscal executada em 2015 foi, “[...] foi francamente contracionista, amplificando assim os efeitos da recessão iniciada em 2014” (Oreiro, 2018, p. 9).

Ademais, Oreiro (2018) considera como errônea o programa de desoneração fiscal do governo Dilma, na medida em que estas contribuíram para piorar de sobremaneira o quadro econômico na medida em que foram concedidas sem que fossem exigido nenhuma contrapartida em investimento ao passo que o programa “queimou espaço fiscal” do governo ao longo de sua vigência.

Por sua vez, o economista novo-desenvolvimentista, Paulo Gala (2021), tem uma avaliação semelhante ao defendido por seus pares Bresser-Pereira e José Luis Oreiro com relação ao impacto do ajuste fiscal em um contexto de forte desaceleração econômica e constante aumento do nível de incerteza. De acordo com o autor, as medidas de contingenciamento fiscal, somadas ao fim do represamento dos preços administrados, forte depreciação cambial, elevação da taxa de juros e aceleração da inflação, foram um uma espécie de “soco no estômago da economia brasileira” em 2015. Como resultado, Paulo Gala (2021) aponta que a economia brasileira, que já estava desacelerando, com os analistas prevendo uma recessão em torno de 2% do PIB no Brasil em 2015, acabou se convertendo em uma recessão de 3,5% do PIB, uma das piores recessões que o Brasil teve nos últimos 50 anos.

O economista avalia que, com tamanha redução do nível de atividade e da arrecadação fiscal agravou a recessão econômica, pois as empresas pararam de pagar impostos seja por sonegação, falência ou por postergar o recolhimento optando por aguardar pelo refinanciamento das dívidas tributárias. Neste contexto, Paulo Gala (2021) aponta que a arrecadação caiu abruptamente o que contribuiu para aumentar o pânico do mercado financeiro que já enfrentava o aumento dos juros, a aceleração da inflação e o câmbio desvalorizando. Como consequência, o autor pondera que nível o crescente aumento de incerteza do mercado acabou se alastrando para os empresários, em seguida para os consumidores e, finalmente, para os trabalhadores.

Paula Gala (2021) avalia que tais acontecimentos se converteram em decisões de postergação de investimento, e de gasto dos empresários, que por sua vez, pararam de contratar e começaram a

demitir. Por consequência, aumento do desemprego mudou as decisões dos consumidores que optaram pela contenção de consumo, resultando no ciclo vicioso da recessão, “ninguém gasta porque ninguém ganha, e como ninguém ganha, ninguém gasta”. Como efeito, o gasto público primário, descontando a parte previdenciária que é obrigatória, caiu quase 6% em 2015, no momento mais grave da crise econômica.

Com relação à política industrial, Paulo Gala (2017) defende que para que haja desenvolvimento econômico não basta investir em educação, como defendido pela ortodoxia, é preciso haja política para desenvolver o setor industrial pois este tem a capacidade de converter o acúmulo de conhecimento em produtos e serviços que gerem poder de monopólio. O autor avalia que o programa de desoneração fiscal degradou a situação fiscal do governo.

Por ser turno, Curado (2017) parte sua análise lembrando que a política econômica do primeiro mandato de Dilma Rousseff foi classificada pelo Ministro Guido Mantega, em entrevista concedido à BBC Brasil em novembro de 2014, como desenvolvimentista com o objetivo de criar mais empregos e reduzir as disparidades sociais e de renda.

Curado (2017) argumenta que ao classificar a política econômica com desenvolvimentista o ministro Guido Mantega abriu espaço para que os analistas econômicos atribuíssem o fracasso da política econômica de Dilma Rousseff a adoção de uma agenda desenvolvimentista ou novo-desenvolvimentista.

Nestes termos, Curado (2017) avalia que, embora seja patente que o governo tenha ampliado ao seu grau de intervenção na economia, isto não permite classificar as ações do governo como novo-desenvolvimentista. Isto porque as ações do governo apresentaram incongruências em relação as propostas da agenda novo-desenvolvimentista. De forma geral, destaca que não houve de fato uma “estratégia nacional de desenvolvimento” elaborado em conjunto por Estado e mercado contrariando o ponto central para o desenvolvimento segundo a agenda novo-desenvolvimentista (Curado, 2017). A política macroeconômica desenvolvida pelo governo também apresentou um baixo grau de aderência com a proposta novo-desenvolvimentista na medida em que o governo não desenvolveu políticas econômicas efetivas para promover os ajustes necessários no binômio juros-câmbio tal como proposto pela agenda novo-desenvolvimentista.

Neste contexto, Curado e Nascimento (2015) indicam que o erro central cometido pelos gestores da política econômica durante o governo Dilma foi acreditar que as políticas anticíclicas implementadas

em resposta a crise financeira de 2008 poderia sustentar o crescimento da economia brasileira a longo prazo.

Para Curado e Nascimento (2015) o governo Dilma ampliou o carácter expansionista da política fiscal, em um cenário de redução da atividade econômica em que as receitas do governo central foram mantidas praticamente inalterada. Por efeito, as despesas do governo central cresceram de 17,5% do PIB em 2011 para 18,9% do PIB em 2013 em um contexto de redução do crescimento o que resultou na piora da situação fiscal ao longo do tempo ficando “[...] especialmente preocupante a partir de 2014, ano em que os déficits primários passaram a ser constituir uma regra ao invés de exceção, como até então verificado” (Curado; Nascimento, p. 38 2015).

Desta forma, Curado (2017), aponta que a política fiscal do governo Dilma foi sistematicamente expansionista o que levou a deterioração das contas pública o que vai contra a recomendação novo-desenvolvimentista que prego a busca do equilíbrio fiscal para a ampliação da poupança pública.

destaca ainda que durante o primeiro mandato não houve uma alteração intencional para a desvalorização cambial necessária para a recuperação da competitividade da indústria nacional ao mesmo tempo em que a política monetária oscilou consideravelmente ao longo do tempo (Curado, 2017). Desta forma, tanto as políticas fiscal, monetária e cambial foram conduzidas sem a adequada observância as recomendações da teoria novo-desenvolvimentista revelando, segundo Curado (2017), as ações do governo teve pouca aderência à agenda novo-desenvolvimentismo.

Ante as análises apresentadas tem-se o seguinte resumo da perspectiva novo-desenvolvimentista sobre o governo Dilma Rousseff:

- a) A Nova Matriz Econômica não logrou desvaloriza o câmbio ao patamar necessário para a recuperação da competitividade da industrial nacional;
- b) O programa de desoneração fiscal, além de não incentivar o investimento privado, reduziu a capacidade de arrecadação do governo levando a geração de déficits primário elevando a dívida pública;
- c) O aumento da intervenção do governo na economia resultou em aumento da incerteza dos agentes econômicos;
- d) O ajuste fiscal de 2015 contribui para a recessão econômica de 2015 e 2016;
- e) Não houve a implementação de uma política industrial propriamente dita nos moldes da agenda novo-desenvolvimentista;

- f) A política econômica do governo Dilma Rousseff teve pouca aderência ao que pregoa a agenda novo-desenvolvimentista.

No que foi discutido até este ponto fica evidente que a corrente novo-desenvolvimentista, assim como a ortodoxia, converge seu diagnóstico de que a política fiscal, baseado em desoneração fiscal, além de não impulsionar a atividade econômica, dado seu baixo efeito multiplicador, teve efeito sobre a arrecadação do governo amplificando a crise fiscal. Ambas as correntes reprovam a degradação das contas públicas.

Observa-se convergência quanto aos efeitos da intervenção do governo Dilma nos setores de energia e petróleo e o represamento dos preços administrado para o controle da inflação sobre o aumento do nível de incerteza do mercado o que afetou o nível de investimentos a partir de 2014.

A corrente novo-desenvolvimentista entende que o ajuste fiscal, embora necessário, não foi adequadamente aplicada uma vez que o ajuste deveria ser efeitos sobre o gasto corrente e não sobre o gasto com investimento que foi fortemente reduzido contribuindo para o aprofundamento da crise.

Na seção seguinte, será tratada a perspectiva social-desenvolvimentista sobre o governo Dilma Rousseff.

A perspectiva social-desenvolvimentista.

Para Singer (2015) a política econômica executada no âmbito da Nova Matriz Econômica seguiu um viés claramente desenvolvimentista quando analisada através da percepção de Bielchowsky pois é possível identificar ações oriundas tanto na *crença* de que a de superação da pobreza só pode ser alcançada por meio da industrialização integral do país quanto na *descrença* de que as forças espontâneas de mercado é o suficiente para que o país alcance o desenvolvimento econômico sendo, portanto, imprescindível a atuação do Estado para desobstruir os caminhos para que o país alcance a industrialização.

Neste contexto, Singer (2015) entende as ações contidas na NME como um “ensaio desenvolvimentista” e propõe uma análise dos aspectos políticos que possam explicar o fracasso tendo como ponto de partida a ideia de que a mudança na condução da política monetária se converteu como o cerne dos problemas enfrentados pelo governo Dilma Rousseff que culminara com o fracasso da NME.

Singer (2015) inicia sua análise observando que Dilma Rousseff escolheu o tradicional discurso dos presidentes do PT, por ocasião das comemorações do Dia do Trabalho de 2012, para informar para a sociedade que o governo cobraria do sistema financeiro a sua parcela de contribuição para o novo plano de desenvolvimento econômico do país o que significava em redução da taxa de juros das operações de crédito. A cobrança de Dilma se baseava no entendimento de que o sistema financeiro brasileiro é sólido e lucrativo o suficiente para contribuir para o desenvolvimento econômico do país abdicando de uma parcela de seus altos lucros historicamente alicerçados em taxas de juros a quem a presidente classifica como “uma das mais altas do mundo” Singer (Singer, 2015 p 39).

Por consequência, a alteração das regras estabelecidas pela ortodoxia resultaria na redução dos *spreads* bancários o que por óbvio não fora aceito pacificamente pelo “núcleo duro do capital” levando os banqueiros e os rentistas a contrapor a política econômica do novo governo em uma espécie de “guerra subterrânea, a que a sociedade permaneceu, quase sempre, alheia” (Singer, 2015, p 64).

Sendo a política monetária o teatro principal da “guerra” entre o governo e o setor financeiro em decorrência da “inflexão desenvolvimentista” Singer (2015) avalia que o governo Dilma decidiu tornar a decisão de âmbito técnico em uma questão de ordem política colocando a redução dos *spreads* como prioridade e uma determinação direta da presidência da República representando em uma intervenção direta do Estado no lucro dos bancos.

Para tanto, Singer (2015) aponta que o Ministro da Fazenda Guido Mantega atuou ativamente em defesa da redução das taxas de juros tornando ainda mais evidente a peleja do governo para a redução *spreads* bancários chegando a utilizar os bancos públicos nesta direção o que tencionou ainda mais o mercado financeiro despertando o temor de que os bancos privados perderiam parcelas significativas no mercado de crédito ante a decisão do Banco do Brasil em reduzir os lucros de suas operações de crédito.

Singer (2015) divide a resposta dos bancos à intervenção do governo no setor financeiro em três atos principais. O primeiro ato foi de confronto quando o presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Murilo Portugal, entrega para o então secretário-executivo da Fazenda, Nelson Barbosa, uma lista de vinte reivindicações para a redução dos *spreads* o ministro da Fazenda, Guido Mantega, respondeu contra-atacando reiterando que as margens de captação e empréstimos dos bancos eram demasiadamente elevados, o que não se justificava a continuação desta situação.

Como resultado deste primeiro embate Singer (2015 p 48) avalia que “compreende-se que, daí em diante, derrubar Mantega tenha se convertido em meta permanente no meio financeiro” o que com o tempo e o crescimento das tensões em virtude da baixo desempenho da economia faz surgir ao longo do tempo uma coalizão formado contra o governo composto não apenas pelo capital rentista mas também pela classe média tradicional e dos empresários industrias insatisfeitos com o resultado do modelo de crescimento desenvolvimentista.

De volta com o segundo momento, Singer (2015) aponta que frente a eventual ganho de fatias de mercado pelos bancos públicos que reduziram os custos de suas operações de crédito, que a época detinha 44% do mercado, a Febraban recua em posição de confronto declarado e em abril de 2012 pede desculpas ao governo pela exigências lista de exigências e de maneira informal anuncia que os bancos privados se preparavam para a diminuição dos spreads.

Neste íterim Singer (2015) terce um cenário otimista com relação aos avanços proporcionados pela agenda desenvolvimentista tanto nos indicadores macroeconômico com a queda do desemprego e o aumento da renda dos trabalhadores bem como a obtenção de resultados importantes em termos político como a eleição do candidato do PT, Fernando Haddad, para a prefeitura da cidade de São Paulo no pleito de 2012 cujo perfil político do novo prefeito o autor avalia como semelhante a da presidente.

Porém, de acordo com Singer (2015) os avanços da agenda desenvolvimentista “prenunciava” o seu declínio iminente uma vez que as críticas a agenda desenvolvimentista se mostravam cada vez mais presente ante a uma inflação cada vez mais “resiliente” pondo em xeque a continuidade do ensaio desenvolvimentista. Tal constatação partiu do próprio governo e através das palavras do então presidente do Banco Central do Brasil, Alexandre Tombini, em entrevista em 7 de fevereiro de 2013, quando afirmou a sua interlocutora, Mirian Leitão, que o governo estava atento a presenteia da inflação e que o Bacen poderia reverter sua política monetária para controlar a inflação.

Dava-se início a terceira fase da disputa quando o mercado passou a apostar na elevação da taxa de juros e ainda que o governo tenha tentado conter os efeitos da fala de Tombini através do Ministro Mantega que afirmou, em entrevista à revista Reuters já no dia 8 de fevereiro, que não havia motivo para alarme com a inflação bem como a própria Dilma Rousseff, algumas semanas depois em visita a África do Sul, tenha afirmado que não acreditava em políticas de controle da inflação que tolhem o crescimento econômico a pressão do mercado pelo fim da agenda desenvolvimentista. O governo,

por seu turno oferecia um tipo de resistência “surda” frente a pressão cada vez maior pela adoção de um choque neoliberal para a recuperação do controle de preços.

Por fim, o governo capitula ao embate com a frente neoliberal e a partir de abril de 2013 retomou aumento contínuo da taxa de juros, decisão que de acordo com Singer (2015, p 40) “tornava manca a perspectiva de retomada do desenvolvimentismo nacional e paralisava o avanço progressista quando ele soava irresistível” e assim os avanços alcançados pela agenda desenvolvimentista uma vez que os demais estímulos que não dependiam da taxa de juros são suficientes para rearmar “contra a correnteza dos juros”.

Para além da disputa no campo da política monetária, Singer (2015) oferece um outro conjunto de fatores que explique o enfrentamento por parte da burguesia a agenda desenvolvimentista tais como a financeirização do capitalismo teria levado a uma mistura entre capital industrial e finanças de tal modo que a redução dos juros, ainda seja uma demanda do capital industrial por baratear o custo do financiamento, por outro lado, afeta negativamente as operações do capital rentista dos quais incluem os possuidores do capital industrial.

Segundo Singer (2015) uma outra explicação seria o acirramento da luta de classe em decorrência dos ganhos de emprego e renda derivado do aumento do intervencionismo do Estado na economia resultando em ganhos de poder relativos aos trabalhadores e conseqüentemente um maior poder de barganha dos sindicatos refletido no aumento do número de greves no primeiro mandato do governo Dilma o que despertou no empresariado o sentimento de perda de poder e reduzindo os investimentos como resposta a tal condição.

Por fim, Singer (2015) argumenta que as mudanças propostas no âmbito da Nova Matriz Econômica, em especial a política monetária, foi duramente combatido por um grupo de pessoas poderosas em defesa de seus interesses financeiros para a qual a manutenção dos juros em patamares elevados é condição essencial para a manutenção dos lucros.

Para Rossi e Biancarelli (2015) e Mello e Rossi (2017), no primeiro mandato de Dilma Rousseff, buscou-se solucionar os problemas estruturais herdados do seu antecessor tais como a degradação da estrutura produtiva do país e o empobrecimento da pauta de exportação. Desta forma, Rossi e Biancarelli (2015) classificam o primeiro mandato como a fase industrialista. Na fase industrialista, o gasto público passa a seguir uma nova composição, na qual o seu crescimento foi direcionado para as de-

sonerações fiscais, subsídios e aumento das transferências para as famílias em detrimento da expansão do investimento público que marcou o governo anterior. Ponderam que os efeitos desta reorientação foi pouco efetivo em promover o crescimento econômico, pois o governo trocou um gasto de elevado multiplicador (gasto de capital) por um gasto de multiplicador reduzido (desoneração) (Rossi; Biancarelli, 2015).

Para Rossi e Biancarelli (2015) as desonerações fiscais foram o símbolo máximo da aposta “industrialista” do governo Dilma que, embora possam ter funcionado para recompor a rentabilidade de alguns setores industriais, foi uma política fiscal equivocada, que comprometeu as contas públicas e o crescimento econômico. Assim como Oreiro (2018), os autores criticam o fato de que o programa de desonerações fiscais foi implementado sem a exigência, sem contrapartidas formais em termos de produção, exportações e investimentos.

Desta forma, Rossi e Biancarelli (2015) avalia que o fracasso da fase industrialista do governo Dilma Rousseff se deu, não por conta do “excesso de intervencionismo”, mas devido a aposta nas políticas pelo lado da oferta e de desonerações fiscais. Isso porque, segundo os autores, a decisão de investir dos empresários é orientada pelas condições de demanda, sendo que quando esta apresenta desaceleração, a resposta dos empresários é não investir e recompor as margens de lucro.

Neste âmbito, Rossi e Biancarelli (2015) e Mello e Rossi (2017) defendem que a deterioração fiscal foi causada pelo fracasso da estratégia industrialista em acelerar o crescimento econômico e pela queda da arrecadação pública causada, tanto pela política de desonerações, quanto pelo ritmo menor do crescimento do PIB. Os teóricos ainda rejeitam a ideia geral de que um suposto aumento descontrolado do gasto público foi responsável pela deterioração dos resultados primários ocorridos no período.

De acordo com Rossi e Biancarelli (2015) e Mello e Rossi (2017), as razões para o fracasso da agenda industrialista são de ordem estrutural e conjuntural. Quanto a ordem estrutural, o intento do governo em promover os investimentos privados esbarraram na estrutura produtiva dependente das importações e dos ganhos de ordem financeira. A queda da taxa de juros e a desvalorização cambial impuseram perdas pelo aumento dos custos dos insumos importados, concomitantemente a perda de rendimentos das aplicações financeira.

Na ordem conjuntural, o governo teve sua margem de manobra reduzida perante a crise política, crise hídrica e as investigações judiciais. Como ponto positivo, Rossi e Biancarelli (2015) destacam

que a estratégia logrou em manter as taxas de desemprego baixas, a inflação dentro dos limites da meta e promoveu a desvalorização cambial, fundamental para a posterior melhoria do setor externo.

Conforme Rossi e Biancarelli (2015), o fracasso da agenda industrialista impôs ao governo uma correção de rota, mas o caminho escolhido, o liberal, impunha sérios riscos a agenda de desenvolvimento com inclusão social. Era o início da fase de austeridade. De acordo com os autores, a mudança para o discurso liberal parte da percepção equivocada de que o baixo crescimento econômico decorre do intervencionismo do Estado, da seguridade social, das leis trabalhistas, dos aumentos de salários, bancos públicos etc.

Neste contexto, Rossi e Biancarelli (2015) avaliam que o fracasso da fase de austeridade se deu em função tanto da formulação quanto da execução da estratégia. A formulação avaliou equivocadamente que a desaceleração econômica se dava em função da piora dos resultados fiscais, o que exigia um forte ajuste das contas públicas, ignorando que o real problema repousava sobre a queda da rentabilidade das empresas, deterioração do cenário externo e do ambiente político. Quanto a execução com ênfase no corte do gasto público e no aumento da taxa de juros se mostrou mais danoso para o crescimento da economia e para a saúde financeira das empresas. A estratégia de centrar o corte de gastos concentrado no curto prazo e com forte ênfase no investimento público se mostrou equivocado, retirando as duas únicas fontes e demanda autônoma ainda existente na economia justamente em um momento de desaceleração econômica, piorando as expectativas da demanda e dos investimentos do país.

Por fim, segundo Rossi e Biancarelli (2015) a gestão macroeconômica do primeiro mandato de Dilma Rousseff foi guiada por uma agenda “industrialista” e uma política fiscal equivocada que comprometeu as contas públicas e o crescimento econômico. Desta maneira, de acordo com os autores, o “industrialismo” comprometeu o projeto de desenvolvimento social.

Por sua vez, Bastos (2015) avalia que a política econômica de Dilma foi mais centrada nos incentivos ao investimento privado, mas isso não levou a uma ruptura significativa com os interesses atendidos pela política social do governo anterior. Embora com alguma desaceleração no ritmo. O autor rejeita a ideia de que o governo Dilma tenha passado a priorizar o crescimento, puxando pelas exportações industriais tal como proposto pelos novos-desenvolvimentistas.

Bastos (2015) acredita ser pouco provável que a equipe econômica tenha se deixado levar pela ilusão de reorientar o crescimento da economia brasileira para as exportações, ainda mais em um cenário de baixo crescimento global e de acirramento da concorrência industrial gerado pela crise global.

Desta maneira, Bastos (2015) aponta que o objetivo da Nova Matriz Econômica foi o de manter o crescimento do mercado interno e evitar o vazamento para as importações por meio de algumas iniciativas de defesa comercial e, principalmente, através da correção da taxa de câmbio e outras iniciativas de redução de custos empresariais.

Avalia que a desaceleração cíclica de 2011 foi claramente reforçada pela condução ortodoxa simultânea de toda a política macroeconômica: elevação de juros, controles macroprudenciais, câmbio apreciado e elevação da meta de superávit primário (Bastos, 2015). No segundo momento, após a contração severa do investimento público em 2011, o governo decidiu ampliar a oferta de subsídios tributários e creditícios. Desta forma, Bastos (2015) avalia que a composição do gasto público mudou para pior com perda relativa do investimento público, depois da sua severa contração em 2011. O resultado da ampliação dos incentivos ao investimento privado com o programa de desonerações tributárias e previdenciárias foi contrário ao esperado pelo governo, cuja líder era a “mãe do PAC” (Bastos, 2015).

Bastos (2015) pondera que o governo provavelmente teria tido mais sucesso para estimular o investimento privado e mitigar a desaceleração cíclica caso aumentasse a demanda efetiva através do investimento público e protegesse o mercado interno de importações competitivas (não apenas para compras governamentais), diante da conjuntura de acirramento da concorrência internacional e transformação profunda da divisão internacional do trabalho. Lembra ainda que o investimento privado não é determinado pelas externalidades fiscais, mas sim pela demanda efetiva corrente e a demanda esperada (Bastos, 2015).

Quanto ao ajuste fiscal de 2015, Bastos (2015) ressalta que Dilma assegurou, depois da campanha de reeleição, que o ajuste fiscal não afetaria os gastos com investimento de maneira a não reduzir a demanda, evitando assim transformar uma economia estagnada para uma recessão e retomada do desemprego. Porém, uma das primeiras medidas do segundo governo foi contrária a tal promessa, haja vista o anúncio da nova meta fiscal de 1,2% do PIB, sem descontar os investimentos do PAC.

Bastos (2015) questiona a necessidade de tamanha reviravolta e se tal mudança poderia aprofundar os problemas a serem resolvidos, em especial a trajetória da dívida pública. O teórico aponta que a

contração fiscal poderia ser contraproducente para o seu objetivo declarado de evitar a perda de grau de investimento, junto as descreditas agências de classificação de risco. Isso porque uma recessão não é um evento classificado benignamente pelas agências de risco, haja vista que a história é repleta de ocasiões em que atender à exigência de “[...] austeridade dos credores da dívida pública traz exatamente a deterioração da trajetória da dívida e a inquietude dos credores” (Bastos, 2015, p. 13).

Por fim, Carneiro (2017) avalia que o programa de desoneração fiscal desviou de seu objetivo inicial, o qual era aumentar a competitividade da indústria, e foi se generalizando, sem critérios para diversos outros setores da economia, incluindo os *non-tradables*. O autor destaca que, inicialmente, o programa beneficiava 10.000 contribuintes em 2012, com um custo de R\$200 milhões por mês em renúncia; em 2014, foram 80.000 beneficiados com renúncia de R\$1,5 bilhão ao mês, o que representava 0,5% do PIB. Tudo isso sem que houvesse um plano de substituição por outro imposto, ou aumento de alíquotas, que compensasse as isenções concedidas. Quanto à guinada da política econômica em direção à ortodoxia feita em 2015, o economista classifica como sendo um equívoco, porém analisa que as opções disponíveis eram reduzidas, a despeito das consequências do fracasso do experimento desenvolvimentista, com custos sobre a deterioração progressiva dos setores público e privado, famílias e empresas, e do setor externo, o que impossibilitava a sua continuidade.

Em resumo, tem-se que visão social-desenvolvimentista entende que:

- a) O gasto público passou a seguir uma nova composição focado no crescimento das desonerações fiscais, subsídios e aumento das transferências para as famílias em detrimento da expansão do investimento público;
- b) O resultado da nova composição foi pouco efetivo em promover o crescimento econômico dado ao efeito multiplicador reduzido das desonerações fiscais;
- c) A ênfase da política econômica em promover o setor industrial e as exportações não permitem afirmar que o governo Dilma seguiu a agenda social-desenvolvimentista;
- d) O fracasso da fase industrialista do governo Dilma Rousseff se deu não por conta do “excesso de intervencionismo”, mas devido a aposta nas políticas pelo lado da oferta e de desonerações fiscais;

- e) A mudança da política monetária enfrentou forte resistência de uma frente antidesenvolvimentista que comprometeu a continuidade dos avanços obtidos no âmbito social;
- f) O ajuste fiscal de 2015, baseado na percepção equivocada de que o baixo crescimento econômico decorre do intervencionismo do Estado, contribuiu para o agravamento da crise, transformando-a em uma recessão econômica.

Assim, fica evidente que a deterioração das contas públicas é o ponto em que a ortodoxia, novo-desenvolvimentismo e social-desenvolvimentismo convergem em suas críticas em relação a política econômica do governo Dilma Rousseff. É patente também que, embora a condução da política econômica desenvolvida no âmbito da Nova Matriz Econômica represente no mínimo uma flexibilização dos ditames da ortodoxia, o rol de políticas implementadas não recebe guarida nas visões heterodoxas, dado a não observância a que estas entendem como deve ser o manejo dos instrumentos macroeconômicos para que o desenvolvimento econômico seja alcançado, em especial a política fiscal.

REFERÊNCIAS

AMADO, A. M.; MOLLO, M. L. R. Ortodoxia e heterodoxia na discussão sobre integração regional: a origem do pensamento da CEPAL e seus desenvolvimentos posteriores. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 129-156, mar. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ee/a/3jhLxJgsNx-FVXQzVjFhv8mv/?lang=pt>. Acesso em: 18 jan. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. Perspectivas para Inflação. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **Relatório de Inflação**, Brasília, v. 18, n. 4, p. 41-49, dez. 2016. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/201612/RELINF201612-ri201612c2p.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. Resolução nº 4.327, de 25 de abril de 2014. Dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Diário Oficial da União**, de 28 abr. 2014, Seção 1, p. 22, 2014. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2014/pdf/res_4327_v1_O.pdf. Acesso em: 06 dez. 2023.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO - BNDS. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Relatório Anual**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/931/4/RA2012_final_BD.pdf. Acesso em: 06 dez. 2023.

BARBOSA FILHO, F. H. Crises econômicas e política de 2015: origens e consequências. **Conjuntura Econômica**, [S.l.], set. 2015. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rce/article/view/57758>. Acesso em: 08 dez. 2023.

BARBOSA FILHO, F. H. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 51-60, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/BD4Nt6NXVrgy4v8tqZLJnDt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 dez. 2023.

BASTOS, P. P. Z. Ortodoxia e heterodoxia antes e durante a era Vargas: contribuições para uma economia política da gestão macroeconômica nos anos 1930. **Texto para Discussão. IE/UNICAMP**, Campinas, n. 179, jun. 2010. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/1809/texto179.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2023.

BIELSCHOWSKY, R. **Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil**: um desenho conceitual. Brasília; Rio de Janeiro: Ipea, 2013 (Texto para discussão).

BRASIL. **Decreto nº 7.540, de 2 de agosto de 2011**. Institui o Plano Brasil Maior – PBM e cria o seu Sistema de Gestão. Brasília, DF, 2011a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7540.htm. Acesso em: 06 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011**. Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra); dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) à indústria automotiva; altera a incidência das contribuições

previdenciárias devidas pelas empresas que menciona. Brasília, DF, 2011b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12546.htm. Acesso em: 06 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.792, de 28 de março de 2013**. Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, criando a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, cargo de Ministro de Estado e cargos em comissão, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e dá outras providências. Brasília, DF, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12792.htm. Acesso em: 06 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Receitas cresceram 12,7% em relação a janeiro de 2011**. Brasília, 28 fev. 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2012/fevereiro/receitas-cresceram-12-7-em-relacao-a-janeiro-de-2011>. Acesso em: 09 dez. 2023.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In: OCAMPO, J. A.; ROSS, J. (org.). **Handbook of Latin American Economics, Oxford University Press**. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 108-129.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 5-24, 2006. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser_-_novo_desenvolvimento_e_a_ortodoxia.pdf. Acesso em: 06 dez. 2023.

BROETTO, M. S. **O debate social/novo - desenvolvimentista no Brasil: uma crítica a partir da teoria marxista da dependência**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de São Paulo, Osasco, 2020.

CANO, W. A desindustrialização no Brasil. **Economia & Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 4, p. 83-851, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642273>. Acesso em: 06 dez. 2023.

CANTU, R. A controvérsia entre os economistas brasileiros: comentários sobre sua sociologia, filosofia e aspectos argumentativos. In: 44º Encontro Anual da ANPOCS, GT40 - Sociedade e Vida Econômica. **Paper...**, 2020. Disponível em: <https://www.anpocs2020.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSVZPIjtzOjQ6IjQxNDQiO3oiO3M6MT0iaCl7czozMjoiNmU3NjA4YjhiMDAwOWFjYWVhMjY2NmU3ZDU4MjM1NmliO30%3D>. Acesso em: 06 dez. 2023.

CARVALHO, L. O. R.; DUARTE, F. R.; MENEZES, A. H. N.; SOUZA, T. E. S. **Metodologia científica: teoria e aplicação na educação a distância**. Petrolina-PE: [S.n], 2019.

CHAGAS, L. O impeachment de 2016 no contexto das crises presidenciais da América Latina. **Revista Compólitica**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 105-119, jan./jul. 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/2965>. Acesso em: 06 dez. 2023.

CHAMIÇO, E. D. **A nova matriz econômica: uma interpretação**. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2018.

CONSIDERA, C; TRECE, J. Economia continua travada. In: **Portal IBRE FGV**, 02 abr. 2019. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/economia-continua-travada>. Acesso em: 08 dez. 2023.

CORRÊA, F. H. C. **A controvérsia da política industrial no governo Dilma**. TCC (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Economia, Florianópolis, 2022.

COSTA, F. N. **Ortodoxia x Heterodoxia em economia**. Tradução de extratos do livro História do Pensamento Econômico, coautoria de Harry Landreth & David C. Colander. [S.l.]: [S.n.], 2021. Disponível em: <https://fernandonogueiracosta.files.wordpress.com/2021/09/fernando-nogueira-da-costa.-ortodoxia-x-heterodoxia-na-economia.-set-2021.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2023.

CURADO, M. Industrialização e desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 609-640, dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/pcQmCCsX3myxmZS3Hd9DYZt/?format=pdf>. Acesso em: 08 dez. 2023.

GIAMBIAGI, F. **Economia brasileira contemporânea (1945-2015)**. 3. ed. reimp. Rio de Janeiro: GEN | Grupo Editorial Nacional. Publicado pelo selo Editora Atlas, 2021.

GARCIA, V.; LEONETTI, C. A. O controle e a avaliação pelo tribunal de contas da união das políticas públicas implementadas por desonerações tributárias no Brasil. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 11, n. 1, abr. 2021. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/6748>. Acesso em: 08 dez. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HEGELE, F. Ortodoxia e heterodoxia na economia: um debate sobre as consequências da PEC do teto dos gastos públicos. **Revista Iniciativa Econômica**, Araraquara, v. 3 n. 1, p. 95-116, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iniciativa/article/view/9598>. Acesso em: 08 dez. 2023.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?edicao=20932>. Acesso em: 09 dez. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA - IPEA. **Valor econômico: Brasil 2011 a 2014**. **Site IPEA**. 2023.

LIMONGI, F. Impedindo Dilma. **Novos estud. II CEBRAP**, São Paulo, especial, p. 5-13, jun. 2017. Disponível em: <https://novosestudios.com.br/wp-content/uploads/2017/06/IMPEDINDO-DILMA-Fernando-Limongi.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2023.

LISBOA, V. Desemprego em 2013 é o menor dos últimos 11 anos. In: **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 30 jan. 2014. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-01/denise-desemprego-fecha-2013-com-menor-media-anual-da-serie-historica#>. Acesso em: 08 dez. 2023.

LISBOA, M. B.; PESSÔA, S. Crítica ao novo-desenvolvimentismo. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, pp.181-189, jul./dez. 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/plugin-file.php/8106780/mod_resource/content/1/Lisboa%20e%20Pessoa%20Critica%20oa%20novo%20desenvolvimentismo.pdf. Acesso em: 08 dez. 2023.

LISBOA, M.; PESSÔA, S. **O valor das ideias: debates em tempos turbulentos**. São Paulo: Companhia da Letras, 2019.

LOURENÇO, A. C.; TAYRA, F. A política econômica brasileira sob Guido Mantega: 2006 / 2014. **Nexos Econômicos**, Salvador, v. 15, n. 2, p. 8-28, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revnexeco/article/view/44532>. Acesso em: 08 dez. 2023.

MATTEI, L. Gênese e agenda do Novo Desenvolvimentismo brasileiro. **Brazilian Journal of Political Economy**, [S.l.], v. 33, n. 1, p. 41-59, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/rep/a/cB7gfmGSFrtFkFvdSJtqbKS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 dez. 2023.

MELLO, G.; ROSSI, P. Do industrialismo à austeridade: a política macro dos governos Dilma. **Texto para discussão**, jun. 2017. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/doproduct/downarq.php?id=3538&tp=a>. Acesso em: 08 dez. 2023.

MOLLO, M. L. R.; FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo e Novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 222-239, jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/rep/a/Kh3cBfCk5QQtgnC7C7zVnCl/>. Acesso em: 08 dez. 2023.

MORAES, I. A. A macroeconomia do Social Desenvolvimentismo: um estudo da rede desenvolvimentista. **Economia & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 2, p. 279-95, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/ecos/a/r8Ms8tYhwr5KXHZbMYPhkbf/>. Acesso em: 08 dez. 2023.

NASSIF, A. **Desenvolvimento e estagnação: o debate entre desenvolvimentistas e liberais clássicos**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2023.

OLIVEIRA, P. H. D. R. **Heterodoxia, Ortodoxia, Mainstream e Pluralismo: perspectivas para A Ciência Econômica**. Monografia. (Graduação em Economia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

OREIRO, J. L.; Feijó, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Brazilian Journal of Political Economy**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-232, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/jj/rep/a/rLLpcPDRQVXPj5BskzHqLqx/>. Acesso em: 08 dez. 2023.

PÉREZ-LIÑAN, A. O impeachment de 2016 no contexto das crises presidenciais da América Latina. **Revista Compólitica**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 105-119, jan./jul. 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/2965>. Acesso em: 08 dez. 2023.

PESSÔA, S. A crise atual. **Novos Estudos CBRAP**, v. 34, n. 2, jul. 2015. Disponível em: <https://novos-estudos.com.br/produto/edicao-102/#gsc.tab=0>. Acesso em: 08 dez. 2023.

PIRES, J. M.; ANDRÉ, G. F. Caminhando em círculo: idas e vindas da política econômica do governo Dilma. **Pesquisa & Debate**, v. 26, n. 1, p.197-215, 2015.

ROSSI, P. Regime Macroeconômico e o Projeto Social-Desenvolvimentista. **Discussion Papers**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2015.

SENADO FEDERAL. Íntegra do discurso da presidente Dilma Rousseff na cerimônia de posse. In: **Agência do Senado**, Brasília, 01 jan. 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/01/01/integra-do-discurso-da-presidente-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-posse>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SENADO FEDERAL. Cumprimento do teto de gastos – EC nº 95/2016. In: **Agência do Senado**, Brasília, 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/transparencia/orcamento-e-financas/safin/cumprimento-do-teto-de-gastos-2013-ec-no-95-2016#>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SILVA, T. H. C. **Avaliação do Plano Brasil Maior para o setor siderúrgico**: uma análise de custo-efetividade. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Planejamento e Estratégias do Desenvolvimento) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2018.

SOUZA, A. M.; SILVA, J. A. Doença Holandesa e Desindustrialização no Brasil: 1995-2014. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, 2017. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/view/3838>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SOUZA, B. F.S. F. **Impacto da nova matriz econômica na geração de crescimento, à luz de duas escolas heterodoxas**. Monografia (Graduação em Economia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SPOSITO, T. C. O. A economia brasileira na literatura econômica: convergências e divergências nas abordagens ortodoxa e heterodoxa. **Revista Pesquisa e Debate**, [S. l.], v. 35, n. 1, p. 63, 2023. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/rpe/article/view/60607>. Acesso em: 10 dez. 2023.

Singer, A. Cutucando onça com varas curtas. O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos** 02. junho 2015.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU. **Política Fiscal e Dívida Pública**. Brasília, 2017. Disponível em: https://sites.tcu.gov.br/contas-do-governo-2017/3_Politica%20fiscal%20e%20divida%20publica_2017_WEB.PDF. Acesso em: 07 dez. 2023.

TREGENNA, F. Characterising deindustrialisation: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. **Cambridge Journal of Economics**, v. 33, n. 3, p. 433–466, 2009. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23601756>. Acesso em: 10 dez. 2023.

VICTORINO, M. N. **Uma avaliação do governo Dilma com foco em seu programa de governo**. Monografia (Graduação em Economia e Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2019.

VIGNOLI, F. H. *et al.* **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Saraiva, 2017.